



GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**GEOVANA CARMO DE SOUSA
GISLÂNE ASSUNÇÃO MOREIRA REBOUÇAS
ELISVANIA BELCHIOR LIMA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DAS ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS NO CENTRO URBANO DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E
ESPORTE - CUCA CHICO ANÍSIO PARA A JUVENTUDE DE FORTALEZA.**

FORTALEZA

2018

**GEOVANA CARMO DE SOUSA
GISLÂNE ASSUNÇÃO MOREIRA REBOUÇAS
ELISVANIA BELCHIOR LIMA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DAS ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS NO CENTRO URBANO DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E
ESPORTE - CUCA CHICO ANÍSIO PARA A JUVENTUDE DE FORTALEZA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada
ao Curso de Graduação em Serviço Social da
Faculdade Ateneu, como requisito final para
obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social.

Orientador: Prof. Ms Gil Camelo Neto.

FORTALEZA

2018

S725p Sousa, Geovana Carmo de.

Políticas públicas para juventude: uma análise das atividades desenvolvidas no Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - Cuca Chico Anísio para a juventude de Fortaleza. / Geovana Carmo de Sousa; Gislâne Assunção Moreira Rebouças; Elisvânia Belchior Lima. -- Fortaleza: FATE, 2018.

25f.

Orientador: Prof. Ms. Gil Camelo Neto.

Artigo (Serviço social) – FATE, 2018.

1. Jovem. 2. Políticas públicas de juventude. 3. Centro Urbano de Cultura Arte, Ciência e Esporte - CUCA. I. Rebouças, Gislâne Assunção Moreira. II. Lima, Elisvânia Belchior. III. Título.

CDD 361.3

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CENTRO URBANO DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE - CUCA CHICO ANÍSIO PARA A JUVENTUDE DE FORTALEZA.

PUBLIC POLICIES FOR YOUTH: AN ANALYSIS OF THE ACTIVITIES DEVELOPED AT THE URBAN CENTER OF CULTURE, ART, SCIENCE AND SPORT - CUCA CHICO ANÍSIO FOR THE YOUTH OF FORTALEZA.

**GEOVANA CARMO DE SOUSA¹
GISLÂNE ASSUNÇÃO MOREIRA REBOUÇAS²
ELISVANIA BELCHIOR LIMA³
GIL CAMELO NETO⁴**

RESUMO

As políticas públicas culturais voltadas para os jovens são essenciais ao processo de democratização, uma vez que a juventude de Fortaleza é uma parcela expressiva da população, situada principalmente na periferia que vive em situação de risco e vulnerabilidade social. Diante disso, houve a criação de centros urbanos de cultura, arte, esportes e ciências, os Cucas, voltado para os jovens de 15 a 29 anos, ofertando cursos e atividades esportivas, sendo uma referência nacional como equipamento que materializa as ações do poder público na gestão de políticas sociais. Atualmente, a cidade de Fortaleza possui três cucas, tais como: Cuca Barra (Che Guevara), inaugurado em 10 de setembro de 2009, Cuca Jangurussu, inaugurado em setembro de 2010, e o Cuca Mondubim (Chico Anísio), foi entregue no dia 29 de dezembro de 2012. Neste trabalho iremos analisar o CUCA Mondubim. Deste modo, procuramos investigar quais são os motivos e problemas enfrentados pelos jovens da capital cearense, levando em conta as ações que o poder público realiza. O objetivo do artigo é apresentar a importância do equipamento CUCA como meio de políticas públicas para juventude, atuando como forma de trabalhar nas mais variadas questões dos jovens, analisando que estes necessitam de uma melhor qualidade de vida por meio da relação entre as dimensões esportivas e socioculturais dos frequentadores. Utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa, com levantamentos bibliográficos, documentais e exploratórias. Com esta análise foi possível mostrar as mudanças na vida dos frequentadores e, a diminuição considerável dos índices de violência que ocorriam em seu entorno.

Palavras-chave: Jovem, Políticas Públicas de Juventude, Cuca.

ABSTRACT

Public cultural policies directed at young people are essential to the process of democratization, since the youth of Fortaleza is an expressive part of the population, located mainly in the periphery that lives in situation of risk and social vulnerability. In view of this, there was the creation of an urban center of culture, art, sports and

¹ Aluna do curso de Serviço Social da Faculdade Ateneu- FATE

² Aluna do curso de Serviço Social da Faculdade Ateneu- FATE

³ Aluna do curso de Serviço Social da Faculdade Ateneu- FATE

⁴ Professor da Faculdade Ateneu- FATE

sciences entitled Cuca Mondubim (2014), aimed at young people from 15 to 29 years of age, offering courses and sports activities, being currently a national reference equipment that materializes the actions of public power in the management of social policies. In this way, we seek to investigate the motives and problems faced by the young people of the capital of Ceará, taking into account the actions that the public power carries out. The objective of the article is to PRESENT THE IMPORTANCE of CUCA equipment through public policies of culture for youth, it acts as a way of working on the most varied issues of young people, analyzing that they need a better quality of life through the dialectic between the sports dimensions and sociocultural. Qualitative research was used as methodology, with bibliographical surveys and field research. With this analysis it was possible to show the changes in the life of the regulars and the considerable decrease of the indices of violence that occurred in their surroundings.

Keywords: *Youth, Public Policies of Youth, Cuca.*

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar as Políticas Públicas para Juventude no Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - CUCA Chico Anísio no bairro Mondubim, em Fortaleza-Ceará.

As ações do Estado têm sido a preocupação dos gestores com os jovens somente a partir de 2005, no primeiro governo Lula, sendo assim implementada a Política Nacional da Juventude - PNJ com o objetivo de elaborar programas e ações voltadas para os jovens (SILVA & SILVA, 2010).

A Política Nacional de Juventude divide essa faixa etária em três grupos: jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovens adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, como jovens adultos (SILVA & SILVA, 2010).

A palavra juventude tem assumido diferentes significados de acordo com o contexto histórico, social, econômico e cultural vigente. Porém, o sentido mais comumente encontrado é aquele que a define como uma fase de transição entre a adolescência e a vida adulta (SILVA & SILVA, 2010).

No Brasil, a Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde - OPS/OMS definem juventude como uma categoria sociológica que representa um momento de preparação de sujeitos jovens, assim considera jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre 15 aos 29 anos (SILVA & SILVA, 2011).

Considerando essa classificação, pode-se perceber que o primeiro grupo já está incluído na atual política da criança e do adolescente; entretanto, os outros dois não estão. Embora analisar o significado da palavra juventude possa ser um tema instigante, não se pretende aprofundar essa discussão neste momento. Porém, se considera importante salientar que, mesmo incluindo sujeitos de uma mesma faixa etária, a juventude possui características diferenciadas de acordo com o contexto no qual os jovens estão inseridos. Por essa razão, a literatura atual tem utilizado a palavra juventude no plural.

O uso da expressão “juventudes” representa o reconhecimento da necessidade de, ao se tratar de jovens, levar em conta que esse segmento constitui identidades e singularidades de acordo com a realidade de cada contexto socioeconômico. Logo se cria uma referência a uma forma específica de desigualdade, implica-se, assim, as formas pelas quais um indivíduo ou um grupo de indivíduos acabam sendo separados do convívio do restante da sociedade, a qual não possui acesso a certos direitos que são essenciais ao seu desenvolvimento pleno.

O século XXI tem apresentado um processo de profunda desigualdade social, onde as transformações econômicas se refletem no mercado de trabalho provocando mudanças significativas, exigindo profissões novas e especializações. Essas necessidades atingem toda a sociedade, gerando implicações maiores sobre os jovens que estão em busca de afirmar sua autonomia e emancipação (NETTO, 1996).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 2000 estava nessa faixa etária cerca de 20% da população, que era representada por jovens de 15 a 24 anos, aproximadamente 34 milhões de brasileiros que, em sua diversidade, expressam as diferenças e as desigualdades sociais que caracterizam nossa sociedade. Ao mesmo tempo, representavam (e representa, ainda,) o segmento populacional mais fortemente atingido por velhos e novos mecanismos de exclusão social.

Em 12 de agosto de 2010, a Organização das Nações Unidas - ONU abriu mais um Ano Internacional da Juventude com o tema “Diálogo e Entendimento Mútuo” a ONU objetiva encorajar o diálogo e a compreensão entre gerações, promover os ideais de paz, o respeito pelos direitos humanos, a liberdade e a solidariedade. Essa iniciativa corresponde a um anseio por uma nova ordem mundial que tenha o jovem como partícipe de sua construção e aponta para a necessidade de mudança na relação do Estado e da sociedade com a juventude.

Ademais, no âmbito do Brasil, o Estatuto da Juventude foi aprovado em julho de 2013 pelo Congresso Nacional. Ele define os princípios e diretrizes para o fortalecimento e a organização das políticas de juventude, em âmbito federal, estadual e municipal (BRASIL, 2013).

Por isso entende-se que, para discorrer sobre as políticas públicas para juventude no Brasil faz-se necessário compreender o conceito de juventude em sua pluralidade, como por exemplo, suas necessidades, anseios, potencialidades, sua capacidade de organização social, política e econômica.

Entende-se, também, que esses jovens precisam que se construam espaços físicos e políticos, onde eles possam explorar suas habilidades sociais, externar suas percepções sobre a sociedade, ampliando seus laços efetivos e compartilhando suas histórias de vida, desenvolvendo assim seu senso crítico para um melhor exercício da cidadania. Nesse contexto, o Nordeste, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD, seria a região brasileira onde há o maior número de jovens que nem trabalham nem estudam, os chamados pela mídia de "nem-nem", atingindo um percentual de 23,9%.

Na capital cearense, o Censo Demográfico de 2010 nos informa um número de 718.613 pessoas pertencentes ao grupo etário de 15 a 29 anos de idade, correspondendo 29,3% de toda a sua população. E em relação à população fortalezense, teríamos 28,8% do total de jovens de todo o estado do Ceará (OLIVEIRA, 2014).

A partir dessas reflexões, delimita-se a seguinte problemática: como o CUCA Chico Anísio tem contribuído para a inclusão social dos jovens em sua inserção social, a partir das Políticas Públicas da Juventude desenvolvidas pelo instituto?

Essa pesquisa justifica-se pela emergência da abordagem central, a qual se demonstra de grande valia para a formação acadêmica das autoras, ao mesmo tempo, é preciso considerar, a colaboração dessa discussão frente às necessidades que tangenciam essa problemática.

O procedimento metodológico utilizado neste trabalho é uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica, documental e exploratória. A temática é abordada em três capítulos: no primeiro conceituaremos juventude bem como os parâmetros definidos pela UNESCO e uma breve história da juventude brasileira; no segundo capítulo, relataremos a inserção das Políticas Públicas no Brasil; no terceiro falaremos do CUCA, como uma política pública no município de Fortaleza, sua

estrutura e funcionamento, especificando suas atividades de arte, cultura, esporte e lazer como instrumento de inclusão social.

Sendo assim, espera-se que o presente trabalho abra uma chave de leitura acerca da temática, permitindo uma avaliação crítica das Políticas Públicas para a Juventude no Brasil e, da importância dos CUCAS no contexto de Fortaleza.

Para a consecução dos objetivos deste trabalho, o CUCA Chico Anísio tem contribuído para a inclusão social dos jovens a partir das políticas públicas da Juventude desenvolvidas pelo instituto, destacando-se assim as demandas existentes dessa população com o objetivo de conhecer e identificar as políticas públicas para a juventude no Brasil, por esse motivo teceu-se algumas reflexões acerca das políticas públicas direcionadas aos jovens de Fortaleza, com ênfase nas legislações: Política Nacional de Juventude-PNJ, Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, Estatuto da Juventude-EJ, Políticas Públicas de Juventude-PPJ. E a análise sobre o próprio Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA).

2 CONCEITOS HISTÓRICOS DE JUVENTUDE: UM OLHAR DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA ACERCA DA JUVENTUDE.

Discutir a juventude na contemporaneidade leva-nos a tomar duas precauções importantes: entender que a noção de juventude é uma construção social e cultural e, além disso, bastante diversificada; e compreender que a noção de juventude não pode ser definida isoladamente, mas a partir de suas múltiplas relações e contextos sociais.

Nesse sentido, pensar a ideia de juventude é pensar sobre condições de gênero, raça, classe social, moradia e pertencimento religioso. E, o principal, contextualizá-la historicamente, como integrante de uma geração específica que se relaciona com outras gerações. Por isso, como já tem sido bastante reiterado pelos especialistas, não é possível falar no jovem atual, mas nos diferentes modos de vivenciar a juventude na contemporaneidade (ABRAMO, 2012).

A “voz da juventude” foi por muito tempo ligado à negatividade, a criminalidade, à imaturidade, a ignorância e subserviência familiar. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, esse cenário começou a sofrer consideráveis transformações (MELO, 2012).

A partir da década de 1960, intensas manifestações culturais e políticas juvenis indicavam que o papel do jovem começava a ter outro lugar. Nesse período, podemos destacar a ação do movimento *hippie*, que se contrapôs aos valores morais de sua época pregando ideais de “paz e amor”, criticando a sociedade de consumo e realizando intensa oposição à Guerra do Vietnã. Embalados pelo prazer, o uso de alucinógenos e o *rock’n’roll* mostraram o novo lugar da juventude (BERAS, 2012).

Com o esvaziamento desse primeiro movimento, a geração *hippie* deu lugar a uma juventude mais conservadora que não mais se simpatizava com a ação transgressora da geração anterior. Os chamados *yuppies* da década de 1980, mediante a expansão do capitalismo e a competitividade do mercado de trabalho, começaram a estudar cada vez mais cedo, buscando uma carreira profissional proeminente acompanhada do tão sonhado conforto material (BERAS, 2012).

A consolidação de um mundo cada vez mais integrado pelo processo de globalização provocou uma nova onda de movimentos juvenis que se colocam contra a própria sociedade que o excluí. O movimento *punk* é um claro exemplo de ação juvenil calcada pela crítica de um sistema que visa padronizar comportamentos em torno de um mundo cada vez mais atrelado aos resultados imediatos e à eficiência. Em contrapartida, essa reação à globalização também trouxe outras consequências (BERAS, 2012).

A juventude nascida na década de 1980 integra, de acordo com alguns estudiosos e analistas, a chamada geração “Z”. O uso desta letra vem do termo inglês “zapping”, ou seja, dar “uma volta”. Essa tal volta, por conseguinte, simboliza a enxurrada de tecnologias que colocaram esses jovens em contato simultâneo com a TV, telefone celular e internet. A facilidade de acesso à informação transforma essa nova geração, de certa maneira, um pouco mais acomodada (BERAS, 2012).

Em contrapartida, essa nova situação da juventude não indica uma morte das utopias e da ação direta do jovem na sociedade. Por mais que não possamos ver claramente a ascendência de novos movimentos juvenis politizados, não podemos desconsiderar a presença de uma juventude que possui e demonstra suas demandas sob as mais diferentes formas (BERAS, 2012).

Conforme dados da Organização das Nações Unidas, cerca de 50% da população mundial possui até 25 anos. Há 1,2 bilhões de jovens no mundo e a próxima geração (crianças que atualmente têm idades inferiores aos 15anos) poderá atingir números ainda maiores, em torno de 1,8 bilhões. Atualmente, aproximadamente, 209

milhões de jovens são pobres, 130 milhões são analfabetos, 88 milhões estão desempregados e 10 milhões vivem com o HIV/AIDS, evidenciando, portanto, a necessidade de investimentos social na população jovem (ONU, 2005).

O reconhecimento da ONU de que o termo juventude é variável em todo o mundo abre espaço para que, no Brasil, se adote uma definição que reflita sua realidade. As Nações Unidas definem “juventude” como pessoas entre as idades de 15 e 24 anos. No entanto, sabemos que a experiência de ser jovem pode variar enormemente em todo o mundo, e que “juventude” é, muitas vezes, uma categoria fluída e mutável. Como tal, o contexto é sempre um guia importante para a UNESCO na definição de juventude em ocasiões específicas, e essa definição é flexível e pode variar entre países e regiões (UNESCO, 2017).

2.1 A juventude brasileira

As primeiras experiências de organização dos jovens no Brasil ocorreram sob a égide do movimento abolicionista no século XIX. Os jovens abolicionistas abriram as portas para a ação juvenil, tendo uma atuação radical em defesa dos escravos e organizando inclusive fugas em massa (CACCIA-BAVA, 2004).

Nos anos 1920 três grandes movimentos de expressão da consciência política dos jovens foram inaugurados: o Movimento da Semana de Arte Moderna, o Movimento Tenentista e o Movimento político-partidário que deu origem ao PCB. Segundo Caccia-Bava (2004, p. 64) “Os grupos de jovens se formaram em torno desses movimentos e foram protagonistas de novas ideias, novas concepções de nação e de Estado”.

Entre os anos 1930 e 1950, os jovens organizados possuíam como principal característica a solidariedade ao movimento classista e, nesse período havia também um protagonismo nos projetos unificadores da nacionalidade. Os principais movimentos de juventude desse período foram: juventude integralista, o início do movimento estudantil com a fundação da União Nacional dos Estudantes-UNE e, o movimento religioso em torno da Ação Católica (NOVAES, 2000).

Nos anos 1960 a juventude passou a se apresentar para a sociedade com maior ênfase por intermédio do movimento estudantil, com suas variadas tendências

político-ideológicas e, pela juventude católica organizada na Ação Católica Especializada (NOVAES, 2000).

Novaes (2000) afirma que esses jovens, principalmente organizados em entidades partidárias e sindicais, apresentavam-se na relação com a classe trabalhadora de forma igual e impessoal, apesar da grande heterogeneidade dos agrupamentos juvenis. Os jovens do movimento estudantil eram provenientes majoritariamente da classe média urbana e, questionavam profundamente os valores da cultura e da política. Nesse contexto da década de 1960, a influência estudantil era hegemônica e, levava para o seu interior grande parte dos agrupamentos juvenis existentes, como por exemplo, os jovens católicos da Juventude Católica-JUC.

Na década de 1970, em virtude da repressão da Ditadura Militar há em seu início pouca movimentação da juventude. Prevalencia uma maior articulação no interior das instituições cristãs a partir dos “Movimentos de Encontro” que possuíam cunho espiritualista e, eram profundamente comprometidos com a resolução dos problemas psicoafetivo dos jovens. As outras juventudes que resistiram a esse processo, em sua maioria, atuavam nos movimentos clandestinos de luta armada e guerrilha (SOFIATI, 2017).

Nos anos 1980 há o surgimento das tribos urbanas que são retratados por Abramo (2005) em seu livro “Cenas Juvenis”. A autora destaca o surgimento de agrupamentos de jovens presentes, principalmente, nas grandes cidades brasileiras como, por exemplo, os *punks* e os *darks*. Cardoso (1995, p. 26) afirma que nos anos 1980 houve um enfraquecimento do movimento estudantil, pois a “identidade estudantil não passava mais pela política, como ocorreu nos anos 60 e 70”, havendo uma despolitização desse movimento a partir dessa década. Portanto, a partir dos anos 1980 há um distanciamento da militância tradicional, uma vez que a referência não era mais o partido e o sindicato, mas o movimento social específico. Assim, nesse processo os jovens passam a assumir novas formas e perspectivas de participação social e política. Um exemplo desse processo é o nascimento do Movimento Cultural *Hip-Hop* e a militância da Pastoral da Juventude do Brasil.

Na conjuntura dos anos 1990, o perfil juvenil é na perspectiva de Sousa (1999, p. 13) uma “juventude que vive um tempo distante das grandes utopias transformadoras”. Assim, os anos 1990 vêm comprovar a tese de que a juventude não é necessariamente portadora de utopias e projetos de transformação.

O jovem quer ser autônomo dentro do grupo e, ao mesmo tempo, ver o grupo como uma referência para o reconhecimento das ideias compartilhadas. A juventude dos anos 1990 é uma geração individualista: não “abre mão” dos seus desejos. Sendo assim, não “há causa coletiva que o arrebate para uma condição que tenha como limite rever sua autonomia individual” (SOUSA, 1999, p. 200).

Entretanto, há de se destacar a presença dos “carapintadas”, protagonistas do movimento de impedimento do exercício da Presidência de Fernando Collor de Mello, e a juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, considerado como um dos únicos movimentos sociais que resistiram ao estabelecimento do neoliberalismo no Brasil.

O que passa a predominar nesse período em termos de organização juvenil são os movimentos culturais articulados em torno da música, do teatro e da dança. Cardoso (1995) insiste na ideia de que não se deve comparar os jovens dos anos 1960 e 1970 com os jovens dos anos 1980 e 1990. Isso porque ambas as juventudes possuem modos diferentes de participação nos espaços de sociabilidade. Segundo Novaes (2000, p. 54) “Os jovens, através de atividades culturais e experimentos sociais, podem trazer para a agenda pública a questão dos sentimentos e contribuir para a mudança de mentalidade”.

Dessa forma, a autora vê como positiva a participação da juventude dos anos 1990 nos movimentos culturais e lúdicos. Para Sousa (1999, p. 14) “os conteúdos das ações coletivas dos jovens de hoje não significam nem retrocesso nem avanço, mas o que é possível historicamente sua geração ser portadora”. Para entender as mudanças ocorridas no perfil da juventude nos últimos anos, é necessário compreender as mudanças da própria sociedade brasileira, principalmente no que tange a questão educacional, trabalhista e política.

Parte-se do pressuposto que os espaços privilegiados pela juventude para participação na sociedade foram mudando conforme o desenvolvimento histórico, sendo que nos anos 1960 e 1970 havia o predomínio do sindicato e movimento estudantil, nos anos 1980 nos movimentos sociais e nos anos 1990 os jovens atuam de forma diluída e fragmentada nos movimentos culturais e lúdicos.

Os jovens dos anos 2000 são socializados principalmente nos movimentos religiosos, principalmente os carismáticos e pentecostais, em sua manifestação mais recente chamada de “terceira onda”.

Os jovens da atualidade mantêm as principais características dos jovens dos anos 1990. A novidade está na crescente adesão aos movimentos religiosos, principalmente às igrejas e correntes do pentecostalismo católico e evangélico. A religião se consolidou como uma das principais formas de organização grupal da juventude nos tempos atuais. Aproximadamente 20% dos participantes dos grupos de oração do movimento carismático católico e dos cultos das igrejas pentecostais são jovens (PRANDI, 1998, p. 164).

Pela citação observa-se que, desde os primórdios, a juventude sempre necessitou de espaços onde pudesse expressar suas ideias, desenvolver suas habilidades sociais, seus talentos, compartilhar suas experiências de vida e pudessem ter voz e ser ouvida. Necessitam ainda de incentivos ao pleno exercício de cidadania, o respeito mútuo, a tolerância, e, principalmente, aprender a trabalhar em regime de cooperação na perspectiva de construir uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais humana.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE (PPJ)

Internacionalmente, a discussão mais efetiva sobre a importância do segmento juvenil dentro das políticas públicas surge a partir dos compromissos firmados pela Organização das Nações Unidas-ONU em 1965 na Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos Ideais da Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os povos.

Essa temática retorna e ganha maior visibilidade, em 1985, com a instituição pela ONU do primeiro Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz. Somente dez anos depois, em 1995, foram construídas as estratégias internacionais de enfrentamento dos desafios da juventude, por meio do Programa Mundial de Ação para a Juventude-PMAJ, aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas, pela Resolução nº 50/1981 (IPEA *et al*, 2009).

Posteriormente, destacam-se a Declaração de Lisboa sobre a Juventude, lançada após a I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens no ano de 1998, e o Plano de Ação de Braga, com origem no Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas (IPEA *et al*, 2009).

No Brasil, é possível considerar o Código de Menores, sancionado em 12 de outubro de 1927 pelo Decreto nº 17.943, como o marco legal que deu início à ação do Estado em políticas para a juventude. Sob a inspiração desse Código, foram criados em 1941 o Serviço de Assistência ao Menor-SAM e, em 1964 a Fundação Nacional

do Bem-Estar do Menor-FUNABEM, responsável pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor-PNBEM.

A concepção político-social implícita nessa lei era de um instrumento de controle social da infância e da adolescência, vítima de omissão e transgressão da família, da sociedade e do Estado em seus direitos básicos. Conforme a UNESCO (2004), a lógica que fundamentava a Política Nacional do “menor” era a do “saneamento social”, pois a preocupação principal era com a garantia da ordem social e não com o atendimento das necessidades e direitos desse segmento social.

Nesta direção, Motta Jr. (2001) observa que para adequar o Código de Menores ao Código Penal de 1940, o Decreto Lei nº 6 026, de 24 11 1943 dispôs “sobre as medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos considerados infrações penais”, que distinguia os menores infratores de 14 a 18 anos em duas classes, conforme demonstrassem ou não periculosidade (MOTTA, 2001, p.147).

O reconhecimento da necessidade de políticas públicas de caráter geracional para a juventude, tendo como diretriz a concepção de adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, é recente. No Brasil, o reconhecimento da criança e do adolescente como prioridade nacional foi uma conquista dos movimentos sociais iniciados a partir dos anos de 1980, que culminaram com a realização, em 1985, do “Encontro Nacional de Grupos de Trabalhos Alternativos e a Criação do Movimento Meninos e Meninas de Rua” (LOPES; SILVA; MALFIT, 2006). Finalmente, em 1988, a Constituição Federal incluiu no, Art.227, crianças e adolescentes como sujeitos de direitos (SILVA & SILVA, 2010).

Por parte do Governo Federal esse tema passou a ganhar força a partir de 1989, quando o Brasil um dos países signatários da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (ONU, 2010), comprometeu-se a adotar medidas para efetivar os direitos reconhecidos por essa Convenção. A instituição do Estatuto da Criança-ECA, Lei nº 8.069, em junho de 1990, também fortaleceu a perspectiva de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

3.1 ECA: um marco histórico nas políticas públicas para juventude no Brasil

Embora os termos jovem e juventude não tenham sido inseridos tanto no artigo referente aos direitos e garantias fundamentais da Constituição de 1988, nem no ECA, no qual aparece apenas à categoria adolescentes, incluindo somente os jovens da faixa etária dos 15 aos 18 anos incompletos, esses instrumentos serviram de suporte

para o estabelecimento de condições legais na “reformulação das políticas públicas em favor da infância e da juventude” (LOPES; SILVA; MALFIT, 2006, p.119). É importante salientar que, mesmo atendendo só a uma parcela da população jovem, os adolescentes, com a criação do ECA, em 1990, a juventude começou a ter maior visibilidade e atenção das políticas públicas.

O Brasil passou a adotar uma nova cultura jurídica, pois, “pela primeira vez em nossa história, as crianças e os adolescentes deixaram de serem objetos e se tornaram sujeitos de direito. O ECA veio substituir a doutrina da situação irregular’ pela doutrina da atenção integral” (2006, p.119).

Apesar dos avanços conquistados, os jovens dessa faixa etária, acima citada, poucos se beneficiaram de políticas específicas, sendo atendidos pelas políticas públicas voltadas para a comunidade em geral (SPOSITO; CARRANO, 2008).

3.2 Os avanços das Políticas Públicas para Juventude no Brasil: um marco favorável a esta fase.

A partir do ano 2000, começaram a se intensificar os estudos sobre a juventude brasileira. Destacaram-se, nesse período, discussões, estudos e pesquisas da UNESCO; da Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação; do IPEA; do Instituto Cidadania e de Universidades. Em 2001, o Grupo Técnico “Cidadania dos Adolescentes”, constituído por várias entidades públicas e privadas e organizações da sociedade civil, entre elas a Ação Educativa, por iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância-UNICEF, formulou um conjunto de propostas para a criação de uma política de adolescentes. Esse trabalho envolveu mais de 1.500 participantes de todas as regiões do país, por meio de teleconferências (SILVA & SILVA, 2010).

As propostas foram apresentadas, primeiro, aos candidatos à eleição presidencial de 2002. Posteriormente, em 2003, o Grupo Técnico Cidadania dos Adolescentes enviou um conjunto de propostas ao Ministério da Educação, da Cultura, do Desenvolvimento Agrário, do Trabalho, Esporte e Assistência Social. No decorrer das discussões, foi sendo desenvolvida a percepção da necessidade de construir políticas públicas específicas para o segmento da juventude, ou seja, políticas que atendessem aos jovens da faixa etária além da reconhecida como adolescência. Assim, realizou-se uma nova etapa de discussão, denominada de Projeto Juventude (SILVA & SILVA, 2010).

Motivado pelas demandas apresentadas ainda em 2003, começa a tramitar no Congresso Nacional, o Projeto de Emenda Constitucional – PEC nº 138/2003, que dispunha sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, ou seja, objetivava garantir, para esse segmento, os direitos constitucionais já assegurados às crianças, adolescentes e idosos. Essa iniciativa representou o reconhecimento da importância do segmento para a elaboração de políticas públicas, reconhecendo esse grupo como sujeitos detentores de direitos (SILVA & SILVA, 2010).

Nesse mesmo ano, a Câmara Federal criou a Comissão Especial de Juventude, com a atribuição de realizar uma ampla discussão com a sociedade para identificar e indicar os elementos essenciais à construção do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude, bem como a indicação ao Governo Federal da necessidade de criar um órgão federal gestor da política nacional de juventude (SILVA & SILVA, 2010).

Em 2004, começaram a tramitar, na Câmara dos Deputados, dois projetos de lei tratando desse tema: o Projeto de Lei – PL nº 4.529, que dispunha sobre o Estatuto da Juventude, e o PL nº 4.530, que visava a estabelecer o Plano Nacional de Juventude, aprovado pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados e aguardando votação em plenário (SILVA & SILVA, 2010).

3.2.1 Criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)

Em junho de 2005, a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) pela Lei nº 11.129, representou um novo momento para a juventude brasileira. O CONJUVE representa um importante canal de diálogo entre a representação juvenil e o governo federal, e tem como objetivo assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na elaboração, desenvolvimento e avaliação das políticas de juventude. Conforme informações do Guia de Políticas Públicas de Juventude (2006) compete ao CONJUVE participar:

[...] na formulação de diretrizes da ação governamental; promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; e assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã (BRASIL, 2006, p.9).

Ainda em 2005, foi encaminhada à Câmara de Deputados uma nova proposta de emenda constitucional, a PEC nº 394/2005, requerendo incluir a expressão jovem no capítulo VII e dando ao Artigo 227 da Constituição Federal.

A partir da criação da Política Nacional de Juventude (PNJ), os jovens da faixa etária dos 15 aos 29 anos passaram a ser considerados sujeitos de direitos. Conforme o CONJUVE et al (2006) é necessário reconhecer os jovens como “[...] sujeitos de direitos e promotores e destinatários de políticas públicas”. Identificando a importância do reconhecimento do papel dos jovens como agentes ativos e autônomos. “[...] ainda o reconhecimento dos seus direitos deve estar alicerçado em uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de sua autonomia” (CONJUVE et al, 2006, p.7).

Segundo as conclusões do diagnóstico elaborado pelo Grupo Interministerial sobre os programas federais e as condições socioeconômicas dos jovens brasileiros para, a Política Nacional de Juventude poder avançar no atendimento dos direitos fundamentais desse segmento social, o país precisaria enfrentar os seguintes desafios: a) ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade; b) erradicar o analfabetismo; c) gerar trabalho e renda; d) preparar para o mundo do trabalho; e) promover uma vida saudável; f) democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; g) promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; h) estimular a cidadania e a participação social; i) melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais.

3.2.2 Criação do Plano Nacional para Juventude (PNJ)

A proposta do Plano Nacional de Juventude, construída após um grande debate nacional com as juventudes, promovido pela Câmara de Deputados, também apontou para os avanços necessários, destacando-se os objetivos de:

Incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do País, por meio de uma política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, desportivos, religiosos e familiares; construir espaços de diálogo e convivência plural, equitativos, entre as diferentes representações juvenis (PL nº 4.530/2004).

Averigua-se que o Plano Nacional de Juventude propõe uma política pública com o enfoque no jovem social estratégico do desenvolvimento. Assim, “O protagonismo e organização juvenil esclarece que o jovem deve ser o ator principal em todas as etapas propostas a serem construídas ao seu favor” (PL no 4530/2004).

Finalmente, ocorreu no dia 07 de julho de 2010, no Senado Federal, a votação e a aprovação da PEC nº 042/2008, acompanhada por um amplo movimento da juventude organizada, conhecida como Proposta de Emenda Constitucional - PEC da Juventude, oriunda da Câmara de Deputados como PEC nº 138/2003. A expectativa, agora, é pelo avanço na atualização e aprovação do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto Nacional de Juventude, pois, conforme destaca Cury (2009), o principal desafio da PNJ é ser uma política pública de Estado e ter garantida a sua continuidade, independente mente da vontade do governante que esteja no poder.

Nesse contexto relata-se no próximo tópico, o espaço CUCA, como uma alternativa e possibilidade de construir uma nova história voltada para as questões centrais dos jovens.

4 CENTROS URBANOS DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE (CUCA): UMA POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE EM FORTALEZA.

Em consonância com o Plano Nacional da Juventude e demandas do Orçamento Participativo (OP), que apontou a necessidade de “Construir espaços de diálogo e convivência plural, equitativos, entre as diferentes representações juvenis (PL nº 4.530/2004)”, a Prefeitura de Fortaleza através do Decreto de Lei nº 12.587 de 23 de outubro de 2009 criou a organização social, o Instituto de Cultura, Arte, Ciência e Esporte-CUCA, cujo objetivo é apoiar, incentivar, assistir, desenvolver e promover atividades de formação, lazer e entretenimento nas áreas de Arte, Cultura, Ciência e Esporte em Fortaleza.

A Rede Cuca é uma rede de proteção social e oportunidades formadas por três Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, mantidos pela Prefeitura de Fortaleza, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. Geridos pelo Instituto Cuca, os Cucas Barra, Mondubim e Jangurussu atendem, prioritariamente, jovens de 15 a 29 anos, oferecendo cursos, práticas esportivas, difusão cultural, formações e produções na área de comunicação e atividades que fortalecem o protagonismo juvenil e realizam a promoção e garantia de direitos humanos.

Além disso, a Rede Cuca também visa trazer para a periferia de Fortaleza possibilidades e alternativas de fruição cultural por meio da realização de eventos

estratégicos, festivais, mostras, exposições e programação permanente de shows, espetáculos e cinema (REDE CUCA, 2017).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, Fortaleza possuía 718.613 jovens entre 15 e 29 anos, que representavam 29,3% do total. Destes jovens, 70,3% haviam terminado o ensino médio, sendo que, do segmento da população juvenil economicamente ativa (441.600 pessoas), 61 mil estavam desempregados, o que pode ser percebido como grande risco de vulnerabilidade provocada pela ociosidade forçada, num ambiente onde os riscos provocados pelo acesso e consumo de drogas e a prática de violência é comum.

O rendimento médio da população juvenil é de R\$ 803,20. Fato significativo é que 63,2% dos jovens vivem em famílias com renda per capita familiar inferior a um salário mínimo. Ainda, 22,4% do segmento, portanto, mais de 173 mil jovens, não estudam e não trabalham.

Essa condição social e econômica está diretamente relacionada ao cenário de crescimento dos indicadores de criminalidade violenta de Fortaleza. A variação percentual do número de homicídios de jovens (15 a 24 anos) entre 2001 e 2011 foi de 148,4%, atingindo a taxa de 129,7 por 100 mil pessoas nessa faixa etária e colocando Fortaleza em 6º lugar no ranking entre as capitais neste tipo de mortalidade. Além da vitimização, ampliaram-se consideravelmente delitos contra o patrimônio e contra a pessoa, comércio e consumo de drogas praticadas por jovens, no município.

Neste contexto, pode-se observar que a vivência e o desenvolvimento de grande parte da juventude em situações de vulnerabilidade se mostram na ausência de direitos, fragilidade das políticas públicas, gerando consequências sociais, econômicas, culturais complexas para a sociedade local.

Em que pese o quadro de precariedade e de déficits de capitais das juventudes, houve, nos últimos anos, investimento na institucionalização da política pública com a criação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude em 2007, do Fundo Municipal de Juventude e do Conselho Municipal de Juventude. De acordo com informações do Cadastro Único de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza, 189.485 jovens entre 16 e 24 anos estão cadastrados acessando benefícios como: bolsa família, minha casa, minha vida, bolsa estiagem, programa Brasil alfabetizado, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI.

Esse esforço institucional consolidou o Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude-PIPPJ, financiado pelo Banco Interamericano de

Desenvolvimento-BID, cuja face mais evidente é os Centros de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCA's, equipamentos de forte impacto nos territórios de maior vulnerabilidade juvenil.

Entre os equipamentos de juventude da cidade de Fortaleza, estão: Cuca Che Guevara, localizado na Barra do Ceará, Cuca Chico Anísio, localizado no Mondubim, Cuca Luiz Gonzaga, localizado no Jangurussu, Praça da Juventude do bairro Granja Portugal, Praça da Juventude do bairro Serrinha, Praça da Juventude do bairro Bonsucesso, Praça da Juventude do Dendê, Praça da Juventude do Conjunto Ceará, Praça da Juventude da Messejana, Praça da Juventude do Benfica e Praça da Juventude do Açude João Lopes e Polo de Lazer da Avenida Sargento Hermínio. A cidade ainda conta com programas e projetos voltados para a juventude como o Academia Enem; Credjovem; Projovem Urbano; Jovens Contra a Violência de Gênero; Juventude na Onda; mais cor, mais amor; e os Editais de Protagonismo Juvenil (REDE CUCA, 2017).

A Prefeitura de Fortaleza, por meio da Coordenadoria de Juventude, realizou o “Academia Enem”. Trata-se de um cursinho preparatório para o intitulado exame, visando à entrada dos jovens no Ensino Superior. O Credjovem é um programa de financiamento de empreendimentos de jovens, estimulando o empreendedorismo desse público, enquanto que o Projovem Urbano oferece ensino no nível fundamental e técnico para os jovens, promovendo a reinserção daqueles que saíram da escola (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2017).

Outro projeto é os “Jovens Contra a Violência de Gênero”, desenvolvido em parceria com a cidade de Torino que leva a algumas escolas de Fortaleza a discussão relativa à violência de gênero e defesa dos direitos humanos.

O Juventude na Onda promove atividades esportivas gratuitas para alunos de baixa renda de bairros situados na orla da cidade. Os Editais de Protagonismo Juvenil visam estimular propostas de intervenção que dialoguem com as problemáticas de espaços sociais vulneráveis e busca viabilizar ideias para melhorar a cidade de Fortaleza.

De acordo com o Plano Fortaleza 2040 e o relatório da oficina de planejamento do mesmo, tem-se como objetivo incentivar a produção autônoma e promover o desenvolvimento intelectual, social e cultural, através de ações criativas das juventudes de Fortaleza, premiando iniciativas que contribuam para a nossa cidade.

O trabalho desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza transformou-a

em uma referência no atendimento das juventudes, porém, dada a magnitude dos problemas sociais enfrentadas pela juventude fortalezense, não contemplam a maior parte dos jovens da cidade.

Dessa maneira, pretende-se desenvolver ações, em parceria com outros órgãos governamentais, para sanar tais problemáticas e beneficiar a juventude contemplando suas necessidades, desejos e potencialidades. Essas ações foram amplamente debatidas nas reuniões realizadas em conjunto com Associações, Projetos, ONGs e sociedade civil em geral que conhecem e trabalham com a temática juventude em Fortaleza.

O objetivo da Prefeitura é que, até 2040, a juventude de Fortaleza conte com amplas oportunidades de estudo, esporte, lazer e qualificação para acesso ao mercado de trabalho, vivendo e atuando como protagonistas do futuro da Cidade, a cidade não terá mais jovens ociosos (que não trabalham nem estudam) (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2017).

4.1 Estrutura e funcionamento do CUCA Chico Anísio

No CUCA Chico Anísio, localizado no Mondubim, são ofertados algumas atividades, tais como: fotojornalismo; leitura dramática; planilha eletrônica; fotografia para iniciantes, áudio básico, gravação (vivência); literatura, vivências literárias; vivência: trocando saberes – Graffiti em foco; oficina batuque preto novo, percussão samba-reggae; oficina de fotografia em dispositivos móveis: mulheres em retrato, libras básicas para turismo e atendimento, instrumentos de corda: violão, guitarra e baixo (REDE CUCA, 2017).

Outros cursos ofertados são: design gráfico, segurança de redes de computadores, fotografia publicitária, teatro básico corpo e voz, hip hop práticas coreográficas, formação grupo de dança/ montagem de espetáculo, aprendendo inglês com textos, câmera de cinema e vídeo: técnicas e estéticas, como fazer sites, curso de criação literária: como escrever histórias, inglês: gramática e leitura de textos, manutenção e segurança de computadores, técnicas de fotografia: luz e composição, produção de currículo e portfólio digital, documentários, produção de filmes curtos, grupo de dança/ pesquisa coreográfica, canto e técnica vocal – nova geração de cantoras da música brasileira, produção cultural, informática básica, documentário jornalístico, libras para atividades esportivas e recreativas, inglês para turismo e

viagens, teatro para iniciantes, inglês básico através da música, libras para conversação, dança, música (REDE CUCA, 2017).

Na área esportiva, são 1.025 vagas para natação mista; natação formação; natação orientada; triathlon; hidroginástica; basquetebol; handebol; vôlei de praia; futevôlei; futebol de areia; futsal; treinamento funcional; vôlei; capoeira; karatê – atleta cidadão e Jiu-Jitsu (REDE CUCA, 2017).

Ademais os pré-requisitos necessários para participar do CUCA é ter de 15 a 29 anos e os documentos necessários são: cópia do RG (ou carteira de estudante) e do comprovante de residência, e, para menores de 18 anos é necessário o termo de responsabilidade assinado e RG do pai, mãe ou responsável (REDE CUCA, 2017).

Além das atividades desenvolvidas no CUCA Chico Anísio Mondubim, ele vem atuando com as medidas socioeducativas, através do Projeto Integração. Desenvolvido pela Secretaria Municipal da Educação-SME e pela Coordenadoria de Juventude, por meio da Rede Cuca, o projeto tem o objetivo de estabelecer uma metodologia que integra o currículo formal da escola com experiências socioeducativas realizadas pela instituição. Os jovens deste projeto serão acompanhados por equipes interdisciplinares e receberão um fardamento especial nas atividades desenvolvidas na Rede Cuca.

De acordo com a Prefeitura de Fortaleza (2015):

O conceito de educação integral compreende o desenvolvimento de todas as potencialidades do educando: cognitivas, afetivas, sociais e espirituais. Com o esforço intencional de potencializar o maior número de habilidades e competências dos jovens, o projeto parte da união de políticas públicas e sociais. A integração entre a escola municipal e o Cuca tem como proposta compreender a cidade como um amplo espaço de educação, a partir da constituição de ações formativas de circulação, aprendizagem e convivência.

De acordo com o Manual de Medidas Socioeducativas de Fortaleza (2016), vale complementar que sem a luta pelo respeito aos direitos fundamentais dos adolescentes em conflitos com a lei, a sociedade não se tornará mais justa, nem mais humana. E, o que devemos é ofertar Políticas Públicas dotada de eficiências que garantam a igualdade de oportunidade, mas ao mesmo tempo em que sejam eficazes em prevenir novas violações de direitos e outros atos infracionais.

Para isso cabe a Assistência Social articular, acompanhar e monitorar o cumprimento das medidas juntamente com as famílias dos usuários, comunicando todo o processo aos órgãos da justiça: Poder judiciário, Ministério Público, e a Defensoria Pública da área da Infância e Adolescência, essas medidas colaborarão para a

construção da vida pessoal e social dos adolescentes, na formação de jovens autônomos, competentes e capazes de ressignificar os desafios vivenciados no seu cotidiano.

5 METODOLOGIA

O presente trabalho é de abordagem qualitativa. Para Minayo (2001) esse tipo de pesquisa define como “um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, et all, 1994, p.21-22).

Entende-se que o método qualitativo busca explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são de diferentes abordagens.

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

Ainda se optou pela abordagem qualitativa porque ela se aplica nas ciências sociais, cujo objeto de estudo se relaciona com as atividades e comportamentos dos seres humanos. Para tanto, buscamos apreender como pesquisador em campo as seguintes categorias: Políticas Públicas de Juventude, Estatuto da Juventude e o CUCA.

Para analisar a categoria Política Pública da Juventude utilizou-se de autores chaves na área, os quais desenvolvem uma abordagem que contextualiza e contribuem para essa discussão dentro das ciências sociais. Para a análise sobre o CUCA, utilizou-se de referenciais documentais, tais como: revistas, jornais, artigos e, por fim para compreendermos como dispositivo legislativo para políticas da juventude realizamos uma análise do Estatuto da Juventude.

Para o estudo na área da juventude utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, através de artigos, monografias, documentos, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE; dados da Organização das Nações Unidas

para Educação, Ciência e Cultura-UNESCO; manual de orientações do CUCA; Estatuto da Juventude, Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.

A pesquisa bibliográfica e documental foi aplicada durante o período de 2017.2 e 2018.1. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, porque ela explica através de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Conforme expressa Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, acrescenta-se ainda monografias e escritos eletrônicos.

Aplicou-se a pesquisa documental com o objetivo de recolher informações e dados sobre o tema escolhido. Segundo Fonseca (2002), a pesquisa documental:

Trilha os mesmos caminhos da bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. Utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. Recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão). (FONSECA, 2002, p. 32).

Quanto aos objetivos, o tipo de pesquisa é a exploratória, definida por Gil (2002) como um levantamento bibliográfico, “sendo assim o seu planejamento bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado” (GIL, 2002, p. 41).

Koche (1997) contribui com essa perspectiva, acrescentando que:

O principal objetivo da pesquisa exploratória é proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo. Muitas vezes o pesquisador não dispõe de conhecimento suficiente para formular adequadamente um problema ou elaborar de forma mais precisa uma hipótese. Nesse caso, é necessário “desencadear um processo de investigação que identifique a natureza do fenômeno e aponte as características essenciais das variáveis que se quer estudar”. (Koche, 1997).

É preciso ressaltar que a pesquisa de campo aplicada foi insuficiente para atender aos objetivos da pesquisa, dessa forma, optou-se pelo aprofundamento da pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que o material disponível possuía condições de agregar aos objetivos pretendidos do estudo.

6 CONCLUSÃO

Diante do exposto, o presente trabalho mostra que o CUCA foi além das reivindicações de criação de um espaço como este, direcionado a fortalecer a execução de políticas públicas do estado, tão logo foi percebido que desempenhava o papel de alinhar os objetivos e diminuir a ociosidade e a marginalidade entre os jovens, principalmente os de baixa renda.

Essa é uma conquista da nossa sociedade, e uma efetivação dos direitos dos jovens, pois está sendo um divisor de águas, contribuindo para uma cidadania sociocultural que se firma como um marco inicial de total importância e que se torna um modelo para gestores de outras cidades de outros países.

Foi possível verificar ainda que o instituto Cuca está sendo um grande dinamizador, promotor e difusor de bens culturais na cidade de Fortaleza com os jovens, na inserção em produções artísticas, esportivas e de lazer, não apenas com intuito de formação, mas de conhecimento em diversas formas culturais. Esta instituição está dentro da conjuntura política e sociocultural em nosso país. Ao longo foram deixadas de lado estas questões da inclusão social dos jovens e agora se tenta retomar como meio de formação que vai além da escola regular. Essa política nasce dentro de tentativas de mudança estrutural da sociedade e de suas demandas sociais chegando por meios de reivindicação popular e pelos anseios e necessidades da população.

Considera-se que essa pesquisa atendeu sua proposta central delimitada em sua problemática e objetivo. Ao mesmo tempo que se confirma a justificativa quanto à escolha da definição do estudo.

É importante ressaltar que também foi identificado que a execução das ações do CUCA não contempla totalmente as necessidades dos usuários e há muita evasão na maior parte das atividades do equipamento, mostrando aí sua vulnerabilidade.

Conclui-se que o espaço CUCA é de total relevância para os jovens, pois é nesse espaço que eles se identificam. Então é necessário mais investimentos e outras modalidades como cursinhos preparatórios para concursos, Enem e vestibulares; como também um estudo acerca das evasões nos cursos já ofertados pelo equipamento, buscando o motivo dessa desistência.

Neste sentido pode-se relatar e destacar a importância do Assistente Social, pois é o profissional que ampara e promove o total acesso à cidadania, cada vez

desenvolvendo competências para enfrentar as vulnerabilidades e adversidades, fortalecendo o senso crítico e técnico, promovendo as ações que tornam a inclusão social algo possível.

REFERÊNCIAS

ABREU, F. (20 de 11 de 2017). **Juventudes e contemporaneidade** – Cotidiano & Mistério. Juventudes e contemporaneidade: Disponível em: <https://noscaminhosdefrancisco.wordpress.com>. Acesso em 10 out .2017.

AFONSO, J. (21 de 06 de 2016). **Juventude e políticas públicas** | Brasil 24/7. Disponível em: Juventude e políticas públicas.: <https://www.brasil247.com>. Acesso em 13 out .2017

BERAS, P. D. (02 de 05 de 2012). **Sociologia** - A Melhor Matéria: Maio 2012. Disponível em: <http://sociologiamelhormateria.blogspot.com.br>. Acesso em 19 nov. 2017.

BRASIL. LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. (05 de 08 de 2013). Fonte: Institui sobre o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 09 dez. 2017

_____. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. (13 de 07 de 1990). Fonte: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 10 dez. 2017

Cursos da Rede Cuca - **Juventude** - Prefeitura Municipal de Fortaleza. (2017). Disponível em : <https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br>. Acesso em 20 nov. 2017.

Fortaleza. **Fortaleza 2040**. (2015). **EIXO 2 JUVENTUDE VERSAO PRELIMINAR**. Disponível em: <http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br>. Acesso em 08 dez. 2017

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (2009). **MÉTODOS DE PESQUISA**. Porto Alegre: UFRGS. Disponível em: <http://www.joinville.udesc.br>. Acesso em 11 set.2017.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População jovem no Brasil: a dimensão demográfica**. População, população jovem, estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 26 nov. 2017

Juventude | **ONU Brasil**. (2017) Mapa do Encarceramento – Os jovens do Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org>. Acesso em 19 dez. 2017

Manual de Medidas Socioeducativas de Fortaleza. (2016). Disponível: <https://desenvolvimentosocial.fortaleza.ce.gov.br>. Acesso em 11 dez. 2017

MANZINI, E. J. (2004). **Entrevista semi-estruturada:** análise de objetivos e de roteiros. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br>. Acesso em 11 dez. 2017

MELO, S. R. (01 de 10 de 2012). **O papel do jovem na sociedade by Stéphane Rossi de Melo on Prezi.** O papel do jovem na sociedade. Disponível em: <https://prezi.com>. Acesso em 12 dez. 2017.

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** Disponível em: <https://pt.slideshare.net/deysselfreire/a-construo-do-projeto-tico-poltico-do-servio-social-jos-paulo-netto>. Acesso em 10 jul. 2018.

OLIVEIRA, Facundo Vasconcelos de. **O Uso Do Espaço Urbano, Por Meio Das Políticas Públicas De Cultura Para A Juventude:** O Caso Do Centro Urbano De Cultura, Arte, Ciência E Esporte Cuca Barra, Em Fortaleza-Ce. Disponível em: <srccc.com.br/rs-content/files/KLDJAEIGPOBF21.pdf>.

PEREIRA, A. B. (20 de 04 de 2012). **Juventude, juventudes** - Fundação Perseu Abramo. Fonte: Juventude, juventudes. Disponível em <http://www.teoriaedebate.org.br>. Acesso em 19 dez. 2017

Secretaria Nacional da Juventude(SNJ). (21 de 11 de 2014). **Estatuto da Juventude.** Disponível em: <http://juventude.gov.br>. Acesso em 19 dez. 2017.

PREFEITURA DE FORTALEZA. (14 de 08 de 2014).**Prefeitura de Fortaleza lança projeto de educação integral nesta segunda-feira.**Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br>. Acesso em 19 dez. 2017.

REPRESENTAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL. (2017).Organização das Nações Unidas para a Educação,a Ciência e a Cultura. Disponível em: <http://www.unesco.org>. Acesso em 19 dez. 2017

SILVA, S. R; SILVA,V. R. (12 de 08 de 2010). **Política Nacional de Juventude:** trajetória e desafios. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 19 dez. 2017

SILVA, J. (02 de 05 de 2014). **Juventude e Esperança** - caminhos de aproximação by Janete Silva. Juventude e Esperança - caminhos de aproximação. Disponível em: <https://prezi.com>. Acesso em 19 dez. 2017

ZEFERINO,M. T; CARRARO;T. E. (19 de 03 de 2013). **ALFRED SCHÜTZ:** do Referencial Teórico-Filosófico aos Princípios Metodológicos de Pesquisa Fenomenológica. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 12 dez. 2017